



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Rio de Janeiro, 22 de abril de 2026. A Administração. Esta é a íntegra das Demonstrações Financeiras publicadas, as quais se encontram disponíveis simultaneamente no periódico digital: <https://valor.globo.com/valor-ri/>

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024	
Ativo					Passivo e patrimônio líquido					
Ativo circulante					Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	22.640	10	1.298.887	3.560.878	Empréstimos	-	-	52.405	703.773	
Títulos e valores mobiliários	-	-	8.459.643	10.020.160	Debêntures	-	-	248.645	13.730	
Contas a receber	-	-	2.055.418	1.890.818	Arrendamentos a pagar	-	-	73.201	80.094	
Dividendos a receber	287.364	150.525	1.364	1.022	Contas a pagar	101	37	1.682.679	2.873.676	
Direitos de exibição e transmissão	-	-	-	-	Adiantamentos de clientes	-	-	1.365.766	1.091.267	
Direitos de exibição e transmissão	-	-	3.086.427	1.831.979	Salários e encargos sociais	679	678	1.215.293	1.165.136	
Créditos fiscais	474	391	159.528	570.986	Obrigações fiscais	122	200	213.289	221.729	
Outros ativos circulantes	-	-	175.334	209.959	Dividendos a pagar	71.878	13.655	84.394	29.521	
Total do ativo circulante	310.478	150.926	15.236.601	18.085.802	Outros passivos circulantes	-	-	111.216	15.211	
Ativo não circulante					Total do passivo circulante	72.780	14.570	5.046.888	6.294.137	
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	275.524	Passivo não circulante					
Direitos de exibição e transmissão	-	-	1.190.475	1.553.978	Empréstimos	-	-	2.630.003	4.614.094	
Depósitos judiciais	-	-	314.306	346.930	Debêntures	-	-	1.065.404	1.291.917	
Créditos fiscais	-	-	398.190	310.400	Arrendamentos a pagar	-	-	458.347	467.967	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	664.509	693.748	Contas a pagar	1.354.146	1.468.081	1.586.767	1.653.756	
Outros ativos não circulantes	30.373	1.049	233.837	626.042	Dividendos a pagar	4.401.794	-	4.401.794	-	
Investimentos	17.230.153	17.807.803	181.874	120.890	Outros passivos contingências	32	32	634.383	531.686	
Imobilizado	-	-	3.572.762	3.392.621	Outros passivos não circulantes	-	-	109.835	130.459	
Intangíveis	-	-	6.262.998	6.298.193	Total do passivo não circulante	5.755.972	1.468.113	10.992.686	8.689.879	
Direito de uso de arrendamento	-	-	316.559	327.388	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante	17.260.526	17.808.852	13.135.510	13.945.714	Capital social	8.325.659	8.325.659	8.325.659	8.325.659	
Total do ativo	17.571.004	17.959.778	28.372.111	32.031.516	Reserva de capital	3.275.100	3.275.100	3.275.100	3.275.100	
					Reservas de lucros	1.124.096	5.858.939	1.124.096	5.858.939	
					Efeitos de transações de capital	(1.004.028)	(1.004.028)	(1.004.028)	(1.004.028)	
					Outros resultados abrangentes	21.425	21.425	21.425	21.425	
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	590.285	570.405	
					Total do patrimônio líquido	11.742.252	16.477.095	12.332.537	17.047.500	
					Total do passivo e patrimônio líquido	11.742.252	16.477.095	28.372.111	32.031.516	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024	
Receita líquida com vendas, publicidade e serviços	-	-	19.310.855	17.366.214	Fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Custo das vendas, publicidade e serviços	-	-	(12.826.712)	(12.060.689)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	1.327.877	2.055.178	2.094.912	2.759.115	
Lucro bruto	-	-	6.484.143	5.305.525	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	(1.395.575)	(2.116.879)	145.744	14.203	
(Despesas) receitas operacionais					Resultado de equivalência patrimonial	-	-	727.394	411.049	
Despesas com vendas	-	-	(2.674.159)	(2.392.903)	Depreciação e amortização	-	-	90.373	78.962	
Despesas gerais e administrativas	(68.001)	(61.950)	(2.111.653)	(1.807.700)	Amortização de direito de uso	-	-	(194.845)	1.706.004	
Resultado de equivalência patrimonial	1.395.575	2.116.879	(145.744)	(14.203)	Juros e variações monetárias líquidos	-	-	766.903	(538.695)	
Resultados de investimento	-	-	(40.938)	757.153	Resultado não caixa de instrumentos derivativos	-	-	231.918	78.657	
Outras receitas operacionais	-	-	21.035	12.346	Provisão para contingências	-	-	156.657	96.051	
Resultado operacional líquido antes do resultado financeiro	1.327.574	2.054.929	1.532.684	1.860.218	Perda estimada por riscos de crédito, líquida de reversão	-	-	3.443	36.600	
Receita financeira	319	250	2.419.739	2.777.875	Perda em depósitos judiciais	-	-	(208.925)	48.274	
Despesa financeira	(16)	(1)	(1.857.511)	(1.878.978)	Perdas de créditos fiscais	-	-	(614)	9.928	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.327.877	2.055.178	2.094.912	2.759.115	Perda de direitos de exibição e transmissão	-	-	2.154	403	
Imposto de renda e contribuição social	29.323	-	(704.674)	(691.943)	Perdas de estoques	-	-	3.336	(140.505)	
Lucro líquido do exercício	1.357.200	2.055.178	1.390.238	2.067.172	Provisão (reversão) para perda de investimento	-	-	(7.064)	(606)	
Lucro líquido atribuído aos					Ganho em transações de investimentos	-	-	-	-	
Controladores	-	-	1.357.200	2.055.178	Ganho na venda de imobilizado	-	-	-	-	
Acionistas não controladores	-	-	33.038	11.994	Amortização dos ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios	-	-	-	-	
			1.390.238	2.067.172	Outros resultados de investimentos	(67.698)	(61.701)	37.602	(29.155)	
					(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos					
					Contas a receber	-	-	(440.368)	33.850	
					Direitos de exibição e transmissão	-	-	(83.758)	317.746	
					Depósitos judiciais (pagos) restituídos	-	4	47.703	(19.717)	
					Adiantamentos de clientes	-	-	82.854	(350.118)	
					Contas a pagar	66	2	(281.817)	(46.157)	
					Pagamentos de contingências	-	-	(127.062)	(144.035)	
					Créditos e obrigações fiscais	(103)	75	260.297	230.865	
					Salários e encargos sociais	-	23	95.690	(45.312)	
					Outros ativos e passivos	-	(16)	(381.697)	(159.157)	
					Caixa (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(67.735)	(61.613)	3.020.832	3.760.757	
					Pagamento de juros de empréstimos e arrendamentos	(59)	(53)	(636.796)	(362.343)	
					Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(67.794)	(61.666)	1.833.620	2.928.737	
					Fluxos de caixa das atividades de investimentos:					
					Resgate de títulos e valores mobiliários	-	-	1.836.039	2.966.052	
					Aquisição de imobilizado	-	-	(546.800)	(321.287)	
					Aquisição de software	-	-	(37.074)	(23.656)	
					Aquisição de concessões	-	-	(5.344)	-	
					Caixa da venda de imobilizado	-	-	44.727	3.292	
					Aumento de capital e adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	-	(25.851)	-	-	
					Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1.958.888	1.386.685	45.743	35.853	
					Aquisição de participação acionária	(122.502)	(55.607)	(1.566.328)	(1.104.139)	
					Outras operações de investimentos	-	-	(32.362)	29.155	
					Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	1.836.386	1.305.227	(261.399)	1.585.270	
					Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:					
					Captação de debêntures	-	-	853.088	-	
					Custos de emissão de títulos	-	-	(2.655)	-	
					Pagamento de empréstimos e debêntures	-	-	(2.834.072)	(1.095.059)	
					Pagamento do principal de arrendamentos	-	-	(95.273)	(75.106)	
					Amortização de títulos	(113.936)	(111.028)	(11.336)	(111.028)	
					Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.632.026)	(1.132.532)	(1.641.364)	(1.133.080)	
					Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(1.745.962)	(1.243.560)	(3.834.212)	(2.414.273)	
					Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	22.630	1	(2.261.991)	2.099.734	
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	9	3.560.878	1.461.144	
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.640	10	1.298.887	3.560.878	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES (Em milhares de reais)



passivos são classificados como circulantes quando realizáveis ou liquidáveis dentro dos doze meses seguintes ao período de divulgação, caso contrário são classificados como ativos e passivos não circulantes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados de acordo com as condições contratuais. **2.8. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Equivalentes de caixa são aplicações financeiras mantidas conforme os compromissos de caixa de curto prazo, com alta liquidez e prontamente conversíveis em caixa com risco insignificante de perda de valor. Os equivalentes de caixa consistem em investimentos de curto prazo com vencimento em três meses ou menos a contar da data da aquisição. Os títulos e valores mobiliários são investimentos mantidos com o objetivo de serem ativamente negociados. Esses investimentos são mensurados, pelo valor justo por meio do resultado, dado que os ganhos e as perdas de variações de valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.9. Direitos de exibição e transmissão:** Os direitos de exibição e transmissão incluem principalmente, eventos ao vivo, filmes, séries e programas, direitos artísticos e outros direitos de exibição. São registrados ao custo de aquisição no momento em que tais direitos tornam-se disponíveis ou quando adiantamentos são efetuados, o que ocorrer primeiro. Os eventos ao vivo compreendem principalmente direitos esportivos, incluindo os direitos de transmissão dos campeonatos de futebol e Jogos Olímpicos, os quais são amortizados quando exibidos. Os custos de filmes, séries e programas compreendem os conteúdos adquiridos de terceiros conforme contratos. A amortização é determinada com base nos benefícios gerados para cada exibição na televisão aberta e TV por assinatura, ou pelo método linear na TV por assinatura, ao longo do ciclo contratual de exibição ou em 18 meses para serviços de streaming digital. A recuperabilidade dos eventos ao vivo e direitos de filmes é revisada título por título, e, se necessário, os ativos são baixados quando for identificado que os eventos ou títulos não serão transmitidos ou exibidos até o fim do contrato, respectivamente. Os direitos artísticos são representados pelo montante total dos contratos com artistas e são atribuídos aos custos de produção de programação usando o método linear durante o prazo do contrato. Os custos da programação produzida internamente, como novelas, séries e outros programas de televisão concluídos ou ainda em processo, também são registrados como direitos de exibição. Esses direitos são amortizados à medida que os programas são exibidos na televisão aberta. Os programas são baixados quando não há expectativa de que sejam exibidos. No caso de produções para serviços digitais de streaming, os custos são amortizados durante o período de exclusividade antes de serem disponibilizados na televisão aberta, o que ocorre, em média, dentro dos primeiros doze meses após o conteúdo se tornar disponível. **2.10. Ágio e outros intangíveis:** O ágio é mensurado inicialmente como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e passivos assumidos numa combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, líquido de qualquer perda de valor acumulada. O Grupo Globo avalia a recuperabilidade dos ágios anualmente, ou quando, eventualmente, exista uma indicação de perda de valor. Outros ativos intangíveis compreendem principalmente softwares adquiridos separadamente e os correspondentes gastos de desenvolvimento, que são reconhecidos inicialmente pelo custo, além de contratos de concessão, relacionamento com clientes e marcas que foram reconhecidos no contexto de combinação de negócios, os quais são mensurados pelo valor justo. As vidas úteis desses ativos são avaliadas como finitas, sendo amortizados ao longo de suas vidas úteis econômicas, exceto para as marcas, cuja vida útil é avaliada como indefinida. O Grupo Globo avalia a recuperabilidade dos ativos intangíveis sempre que existir uma indicação de que o seu valor contábil pode não ser recuperável. **2.11. Imobilizado:** Os edifícios e terrenos incluem principalmente os estúdios, instalações de produção, o parque gráfico e escritórios. Todos os imóveis, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. Os gastos subsequentes são capitalizados ao custo registrado do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme o caso, somente quando for provável que futuros benefícios econômicos associados a esses custos fluirão para o Grupo Globo e tais custos puderem ser mensurados com confiabilidade. O valor residual de eventual item substituído é baixado. Todos os demais reparos e manutenções são registrados como despesas na demonstração do resultado do exercício em que são incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil-econômica estimada dos ativos. Os valores residuais, vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados anualmente. **2.12. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Os ativos que possuem vida útil indefinida (ágio, por exemplo) não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente com relação à redução de seus valores recuperáveis. Os ativos que estão sujeitos à amortização são testados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida para o montante do valor contábil líquido que exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Nos testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para o qual existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa). Os ativos não financeiros, exceto ágio, para os quais foi reconhecida perda do valor recuperável são revisados para possível reversão da perda em cada período de divulgação. **2.13. Arrendamento:** O Grupo Globo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo Globo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Na data de início do arrendamento, o Grupo Globo considera os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento e os correspondentes ativos de direito de uso. O Grupo Globo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento. O montante da remensuração do passivo de arrendamento é considerado como um ajuste em contrapartida ao valor do ativo de direito de uso. Os contratos de locação do Grupo Globo são compostos substancialmente por imóveis e equipamentos. **2.14. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, conforme determinado pela legislação fiscal vigente e as alíquotas e leis tributárias utilizadas para calcular o valor são aquelas que estão promulgadas na data da divulgação. A Administração revisa periodicamente as posições adotadas nas declarações fiscais no que diz respeito a situações em que a regulamentação fiscal está sujeita à interpretação. Em 2025 e 2024, o Grupo Globo concluiu que é provável que as autoridades fiscais aceitarão os tratamentos fiscais incertos e, assim, não reconheceu nenhuma provisão. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos, sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. **2.15. Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira ou sujeitos à indexação:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou de avaliação. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras com base na taxa de câmbio de final de período são reconhecidos na demonstração do resultado, como "receitas ou despesas financeiras". Os ativos e passivos expressos em reais e sujeitos à indexação são atualizados com base em índices aplicáveis e são registradas na demonstração do resultado como "receitas ou despesas financeiras". Os itens não monetários que são mensurados ao custo histórico são convertidos com base na taxa da data da transação que os originou. No caso de pagamento antecipado, a data da transação será a resultante do adiantamento. No caso de múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a data da transação é determinada para cada pagamento ou recebimento da contraprestação, a fim de reconhecer o passivo ou ativo não monetário. **2.16. Empréstimos e debêntures:** São ajustados com base nas variações monetárias e taxas de câmbio e incluem os juros incorridos até a data do balanço, baseados nas taxas efetivas de juros e nos termos contratuais. Os custos de transação incorridos no processo de emissão do instrumento de dívida são contabilizados como redutoras da dívida. Esse custo

é apropriado ao resultado ao longo do prazo da dívida. Os custos de empréstimo diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo que necessariamente leva um período substancial de tempo para ficar pronto para o uso pretendido são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos são contabilizados como despesa no período em que ocorrem. Os custos de empréstimo consistem em juros e outros custos em que a Globo incorre em relação à captação de recursos. **2.17. Plano de incentivo:** O incentivo sobre vendas intermediadas é pago às agências de publicidade com base nos acordos entre o Grupo Globo e essas agências, de acordo com o desempenho nas vendas de cada agência. As despesas são contabilizadas como despesas de intermediação de acordo com o regime de competência com base em estimativas da Administração. **2.18. Provisão para contingências e outros passivos:** Provisões para contingências são reconhecidas quando o Grupo Globo possui uma obrigação presente legal como resultado de eventos passados, é provável que um fluxo de recursos seja necessário para liquidar as obrigações, bem como os montantes possam ser estimados com razoabilidade. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que deverão ser necessários para liquidar as obrigações, e suas atualizações são reconhecidas como despesa financeira na demonstração de resultado. **2.19. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo Globo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção de um contas a receber que não contenha um componente de financiamento significativo, o Grupo Globo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo. Vide as políticas contábeis na Nota 2.6 - Receita de contrato com cliente. O modelo de negócios do Grupo Globo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data em que o Grupo Globo se compromete a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros incluem principalmente caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos, investimentos avaliados a valor justo e contas a receber. Para este fim, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: (i) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* O Grupo Globo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo Globo ao custo amortizado incluem contas a receber de contratos com clientes de vendas ou serviços no curso normal dos negócios. Não há ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determinados que não sejam não cotados em mercado ativo. (ii) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, como títulos e valores mobiliários e derivativos. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou compra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Estes ativos são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O Grupo Globo não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de OCI sem reciclagem de ganhos e perdas cumulativos no momento do desreconhecimento (instrumentos de patrimônio) nem a valor justo por meio de OCI com reciclagem de ganhos e perdas cumulativos no momento do desreconhecimento (instrumentos de dívida). **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é principalmente desreconhecido (ou seja, removido da demonstração da posição financeira do Grupo Globo) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou • O Grupo Globo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de "repasse" e (a) o Grupo Globo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo Globo nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo. Quando o Grupo Globo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios do ativo. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo Globo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento. Neste caso, o Grupo Globo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo Globo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que o Grupo Globo pode ser obrigado a restituir. **Redução do valor recuperável dos ativos financeiros apresentados pelo custo amortizado:** Para contas a receber, o Grupo Globo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo Globo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece perdas com base em perdas de crédito esperadas vitaiscias em cada data-base, se for material. De maneira geral, o Grupo Globo considera como evidência de aumento de risco de perda quando os fluxos contratuais estão vencidos há mais de 90 dias. Entretanto, em certos casos, o Grupo Globo também considera como um evento de risco de perda quando informações externas e internas indicam que é improvável o recebimento dos recebíveis em aberto antes de considerar qualquer aumento de crédito concedido pelo Grupo Globo. Um ativo financeiro é baixado quando não há razoável expectativa de recuperação dos recebíveis. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** São classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros a custo amortizado. O Grupo Globo determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e, no caso de passivo financeiro ao custo amortizado, líquido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo Globo incluem passivos financeiros ao custo amortizado, como contas a pagar, dívida e debêntures. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo Globo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo for satisfeita ou cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em condições substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem substancialmente alterados, essa troca ou alteração é tratada como uma baixa do passivo original e um reconhecimento de um novo passivo, e a diferença nos respectivos valores residuais, são reconhecidas na demonstração do resultado. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O Grupo Globo mensura a valor justo os instrumentos financeiros, tais como *swap* e *hedge*, em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à sua mensuração como um todo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. O Grupo Globo determina o valor justo de seus instrumentos financeiros com base em valores de mercado relevantes considerando os valores cotados nos mercados de aplicações financeiras. No caso de não existir mercado ativo,

o valor de mercado é determinado através de estimativas usando valor presente ou outros modelos de avaliação. **2.20. Custos e despesas:** Os custos e despesas são registrados pelo regime de competência. Os custos incluem, principalmente, custos de produção e distribuição, despesas de royalties e direitos autorais, custos dos direitos dos artistas, direitos de exibição e transmissão, custos de gravação e despesas gerais diretas. As despesas com vendas, gerais e administrativas incluem substancialmente as despesas de marketing e publicidade, despesas com vendas, perdas e despesas gerais indiretas. **2.21. Pronunciamentos e interpretações novos ou revisados:** O Grupo Globo adotou as alterações de pronunciamentos que são eficazes para períodos anuais iniciando a partir de 1 de janeiro de 2025. O Grupo Globo não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Globo. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.** Essa alteração estabelece uma convergência e harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações não trouxeram impacto nas demonstrações financeiras individuais do Grupo Globo. **2.22. Pronunciamentos emitidos e ainda não efetivos:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor. **CPC 51 (IFRS 18): Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** O IFRS 18 substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18). Atualmente o CPC e suas entidades congraçadas ainda estão em processo de discussões dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora as discussões ainda não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. As 3 primeiras categorias são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - FFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente. O Grupo Globo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo Globo são os seguintes: • As diferenças decorrentes de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio. • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela Administração (Management Performance Measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com o CPC 51 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o CPC 26 (R1). • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Globo, mas a Companhia continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Globo. **3. Capital Social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é representado por ações conforme a seguir:

Ações ordinárias	446.098
Ações preferenciais resgatáveis classe A	445.776
Ações preferenciais classe B	889.524
Total de ações	1.781.398

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO									
João Roberto Marinho Presidente	Roberto Irineu Marinho Vice-Presidente	José Roberto Marinho Vice-Presidente	Carlos Henrique Schroeder Conselheiro	Alberto Carlos Pecegueiro do Amaral Conselheiro	Paulo Daudt Marinho Conselheiro	Roberto Marinho Neto Conselheiro	Rodrigo Guedes Xavier Conselheiro Independente	Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia Conselheira Independente	
DIRETORIA									
João Roberto Marinho Diretor Presidente					Roberto Marinho Neto Diretor		Elizabeth Cavalcanti de Oliveira Gerente Sênior de Contabilidade e Demonstrações Financeiras / CRC RJ - 081.302/O-7		
EY Building a better world “O Relatório dos Auditores Ernst & Young Auditores Independentes S.S, datado de 17 de abril de 2026, foi emitido sem ressalvas e encontra-se à disposição dos acionistas junto com as demonstrações financeiras completas, na sede da Companhia.”									

“O Relatório dos Auditores Ernst & Young Auditores Independentes S.S, datado de 17 de abril de 2026, foi emitido sem ressalvas e encontra-se à disposição dos acionistas junto com as demonstrações financeiras completas, na sede da Companhia.”